



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CORNÉLIA MENDES

**PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS LGBTs
NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DA GUINÉ-BISSAU (CNJ E RENAJ-GB)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

CORNÉLIA MENDES

**PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS LGBTs
NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DA GUINÉ-BISSAU (CNJ E RENAJ-GB)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharelado em Humanidades, no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus dos Malês

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caterina Alessandra Rea.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

CORNÉLIA MENDES

**PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS LGBTs
NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DA GUINÉ-BISSAU (CNJ E RENAJ-GB)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, (UNILAB) – Campus dos Malês.

Aprovado em: 30 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Caterina Alessandra Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

EXAMINADOR INTERNO: Prof. Dr. Marlon Marcos Vieira Passos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

EXAMINADORA INTERNA: Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus ancestrais pelo dom da vida e pela sorte de ter conseguido superar a cada instante os obstáculos e compreender que “sozinhos não somos nada e nem ninguém”. Os últimos anos têm sido de muitas dificuldades, aprendizados, oportunidades e superação para mim e, acredito que para muitas outras pessoas também. Com a pandemia que tem ceifado milhares de vidas, nos afastando do convívio social, de coisas que amamos, soma ainda mais as dores, as saudades e dificuldades para quem se encontra distante de sua família.

De uma forma especial, quero agradecer e dedicar esta laboração à minha família, aos meus pais Albano Mendes e Mônica Francisco Gomes, às irmãs Ginania Francisco Gomes e Ester Mendes e ao irmão Desejado Mendes, que acreditaram e acreditam em mim e por estarem sempre presentes nesta minha caminhada. Ao meu padrinho, amigos/as, meu parceiro de vida e aos familiares em geral.

Claro, não poderei terminar o meu agradecimento sem mencionar a minha orientadora Caterina Alessandra Rea, este trabalho não teria sido possível sem a sua colaboração, apoio e orientação. Sou grata pela paciência e vontade que sempre teve comigo e pelos ensinamentos que deram vida a este projeto de pesquisa. A todos/as/es professores/as que já passaram pela minha vida e marcaram o meu percurso acadêmico e social, à UNILAB, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PROBLEMA DA PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	JUSTIFICATIVA	8
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
5.1	SEXO E GÊNERO	13
5.2	IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE	15
5.3	LGBTs NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS	18
5.4	PAPEL DE FAMÍLIA E OPRESSÃO DA SOCIEDADE	20
5.5	POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO MECANISMO DA INCLUSÃO	23
6	METODOLOGIA	26
7	CRONOGRAMA	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como tema a **Participação e Inserção dos LGBTs nas Associações Juvenis da Guiné-Bissau**. Este trabalho propõe compreender em que medida os/as jovens guineenses LGBTs estão sendo acolhidos e incorporados nas associações juvenis, através das políticas estratégicas que permitam sua maior inclusão e visibilidade nas esferas acadêmicas da Guiné-Bissau. Assim convidamos a todos a uma reflexão profunda sobre os determinantes ideológicos do patriarcado na sociedade guineense. Tendo em conta esses aspectos, é imprescindível trazer em síntese o conceito da participação e inserção social. E quando se fala da **participação social**, isso nos remete ao conceito de integração dos indivíduos em diversificados meios organizacionais da sociedade, visando assim, intervir, compartilhar e discordar nos devidos assuntos do ambiente social. Já o conceito da **inserção social** é basicamente ligado às políticas públicas que reduzem as desigualdades sociais, garantindo assim o respeito, a participação e a inclusão de todos.

Portanto, escolhi este tema para a realização da minha pesquisa, por simples e fortes motivos, primeiro, porque a diversidade sexual e inclusão das pessoas LGBTs são assuntos pouco falados na Guiné-Bissau, factos que constituem quase um “tabu”, sendo que pode-se confirmar a existência desse grupo social no país. Além disso, o referido grupo social pertence uma das camadas mais desfavorecidas. Por consequência, tais restrições estabelecidas pela sociedade guineense acabam por impor limitações à liberdade de escolha e de aceitação de orientação sexual de muitas pessoas. Desse modo, vê-se que essa camada minoritária da população marginalizada não logra das mesmas oportunidades e privilégios com o grupo dominante por conta da sua sexualidade. Neste sentido, é preciso uma análise e reflexão profunda das possíveis leis que garantem a segurança, sua participação nas esferas de tomadas de decisões, sobretudo o respeito a esse grupo social.

A Guiné-Bissau é um país africano localizado na costa Ocidental da África, faz fronteira ao norte com o Senegal, Guiné-Conakry ao sul e leste e, é banhado ao oeste pelo oceano Atlântico. Extensão territorial é de 36,125 km², tendo 1,442.227 mil habitantes. (INEC, 2009). Por certo, entre essa população, existe uma camada significativa de pessoas homossexuais guineenses não registrada em termos da percentagem, por ser uma classe populacional mais desfavorecida e “marginalizada”. Neste contexto, esta laboração é muito importante para a sociedade guineense uma vez que o tema da homossexualidade é pouco tratado no país, estando na categoria dos desfavorecidos com as restrições e objeções estabelecidas pela sociedade, sustentados na “imoralidade, anormalidade, desvio, doença, aberração, pecado, etc...”(

SOARES; COSTA, 2014, pag.3), impondo as limitações à liberdade de escolha e de aceitação de orientação sexual de muitas pessoas.

Enfim, pode-se dizer que embora a relação homossexual não é criminalizadas na Guiné-Bissau fazendo-se a comparação com a Guiné-Conakry, Gambia, Senegal e de mais outros países da subregião que a proíbem e a penalizam, ela é vivida de “forma silenciosa” por não ser reconhecida nas leis constitucionais como mostra LANGA (2021), numa das suas contribuições. O silêncio que paira sobre a homossexualidade na Guiné Bissau pode ser considerado como um fenômeno que estimula o debate e a produção científica desde as epistemologias homossexuais, e assim como a discussão sobre a desigualdade das minorias sexuais nos espaços e processos de participação da política formal e informal e, de representação das mesmas nas esferas de tomadas de decisões.

Nessa perspectiva, além desta pequena introdução, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos, nos quais trouxemos alguns conceitos interessantes voltados à sexualidade enfocando para tal, no Sexo e Gênero; Identidade de gênero e Sexualidade; mapear a presença dos LGBTs nas Associações Juvenis na Guiné-Bissau (CNJ e RENAJ-GB); ilustrar o papel da família e a opressão da sociedade; mostrar a importância de Políticas Pública enquanto mecanismo de inclusão e algumas perspectivas a respeito da aceitação e inserção dos mesmos na sociedade guineense em geral.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

A sociedade guineense (Guiné-Bissau), como todas as outras, possui regras, crenças e princípios no sentido de tradição, em que se produz sua formação histórica, sociocultural, político e psicossocial, estes em sua grande parte herdados pelas leis coloniais como forma de regulamentação das suas convivências. Levando em consideração os elementos acima referidos, julgamos ser importante e de interesse de muitos guineenses indagar de que forma os/as jovens LGBTs estão sendo integrados nas associações juvenis da Guiné-Bissau e quais suas participações nas tomadas de decisões no processo da construção e desenvolvimento do país. A par disso, importa-nos também identificar mediante que políticas públicas as suas integrações possam ser mais inclusivas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender em que medida os/as jovens guineenses LGBTs estão sendo acolhidos e incorporados nas associações juvenis, através das políticas estratégicas que permitam sua maior inclusão e visibilidade nas esferas sociais e acadêmicas da Guiné-Bissau.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar uma breve contextualização conceitual do Sexo e Gênero;
- Mapear a presença de pessoas LGBT nas associações juvenis guineenses e verificar sua real inclusão e participação política na tomada de decisões;
- Apresentar e discutir a importância de políticas estratégicas de inclusão;
- Analisar o papel da família e, da sociedade e os seus impactos na restrição do exercício da plena cidadania da população LGBT na Guiné-Bissau.

4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho é muito importante para a sociedade guineense sendo que, a liberdade de escolha e de participação são direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o intuito de reconhecer a dignidade e o valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos do homem e da mulher, garantindo assim o progresso social e melhores condições de vida numa liberdade mais ampla. (UNESCO, 1998. p.2). Neste sentido, a discussão sobre as minorias sexuais é urgente, independentemente da sociedade. Pensamos, de fato, que a pesquisa e a discussão crítica são condições necessárias para que o ser humano possa usufruir da liberdade de maneira não influenciada pelas circunstâncias externas e sim por interferências internas para participar e fazer suas escolhas, algo que o conduz a um certo caminho de sua liberdade.

Ora, ainda não existem outras pesquisas voltadas à temática da orientação sexual na Guiné-Bissau e, portanto, este trabalho seria pioneiro. Analisando as construções sociais e culturais guineense, entrelaçados com a religião, existe a possibilidade de considerar o risco que este projeto endógeno sinaliza para as tradições conservadoras da Guiné-Bissau. Porém, por uma outra vertente, justifica-se necessário o risco, se o olharmos como suporte no processo da

desmistificação de uma naturalização inexistente das ideias construídas sobre a gênese das sexualidades, ou seja, em relação à suposta patologia hereditária da homossexualidade enquanto uma doença, partindo dos seus pressupostos e implicações. Existe uma necessidade e emergência de oferecer ao público leitores de língua portuguesa e os da Guiné-Bissau em especial, as teorizações críticas e reflexivas sobre as sexualidades e assim como as pesquisas e reflexões dos/as ativistas e pesquisadores/as vizinhos dos países da África de língua francesa e inglesa. (GONTIJO, 2021. p.68).

Acreditamos que, negar a possibilidade de aceitar a homossexualidade como uma prática sexual normal entre as pessoas, tem levantado muitos mais problemas do que propriamente soluções, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista teórico. Como mostra Richard Miskolci, “aquilo que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico”. (2009, p.153). Mesmo com tantas mudanças em relação ao tempo, até os dias atuais o mito da doença da homoafetividade continua presente e sólido como o senso comum entre a população guineense, nas quais as desigualdades sociais, a discriminação e a hegemonia heterossexual prevalecem. Vimos que as atitudes das pessoas quando se trata deste tema são díspares, prevalecendo todavia uma postura de dura repressão, o que mostra a necessidade de identificar e analisar esses comportamentos e concepções, cujo o propósito, encontrar pontos onde pode emergir a força transformadora e proporcionadora de mudanças positivas. (MOREIRA, 2017. p. 1).

A ausência de debates sobre a homossexualidade e a falta de políticas públicas de inclusão reforçam o estigma e aumentam os sentimentos de medo e vergonha na vida quotidiana dos LGBTs, como muitos/as apontaram em nossas entrevistas no processo de desenvolvimento deste trabalho. Portanto, uma pesquisa como esta é essencial uma vez que pode contribuir positivamente como uma ferramenta que visa indicar os caminhos para fortalecer os direitos de um grupo marginalizado, potencializar a sua agência e visibilidade no contexto nacional. Neste sentido, acredita-se que esta poderá oferecer suporte material para os trabalhos que futuramente possam ser desenvolvidos a acerca da temática e assim como desencadear a sensibilização e debates públicos inspiradores e enriquecedores que proporcionam o lugar de fala sem complexos sobre a vida e a sexualidade das pessoas e das comunidades LGBTs em específico. a respeito da homossexualidade no seio guineense.

A homossexualidade é um tema polêmico que a vários séculos vem sendo discutida pela ciência, e atualmente tornou-se um dos focos problematizador debatidos no seio acadêmico ao nível mundial, no qual a produção de discursos em torno dela se intensifica com a forte influência da ciência nas questões sociais e nas concepções do senso comum. Uma das

contribuições mais importantes nesta esfera foi, no mundo ocidental, a luta e a resistência dos diferentes movimentos homossexuais, que tiveram como mentor, o movimento gay originário em Nova York no dia 28 de Junho do ano 1969 como símbolo de resistência, protagonizando assim uma data histórica e mundialmente reconhecida que é 28 de Junho instituída como o Dia Internacional do Orgulho Gay até os dias de hoje. (Oliveira, 2006, p. 31-32).

Esta pesquisa teve como inspiração as lutas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex-queer africanos e como referência alguns documentos que julgamos ser importantes para os conteúdos a serem desenvolvidos neste trabalho, como “O Queer African Reader¹” publicado por Sokari Ekine e Hakima Abbas, em 2013 e do qual foram traduzidos para o português alguns textos, o que resultou na coletânea “Traduzindo a África Queer I e II” traduzida pela Equipe do FEMPOS, sob a coordenação de Caterina Rea. Os textos recolhidos desta coletânea tratam da situação da homossexualidade em países da África de ex-colônização britânica, estes trabalhos trazem a teorização da existência de pessoas homossexuais (queer), debates cuja função, é denotar as categorias sexuais e de gênero nos contextos africano, a partir das perspectivas e produções dos autores africanos.

De igual modo, apoiamo-nos no debate feito pelos Movimento Lésbico e Movimento Feminista no Brasil intitulado: “recuperando encontros e desencontros” de Gilberta Santos Soares e Jussara Carneiro Costa, que visa problematizar as disputas e designos nos debates críticos da epistemologias das relações e políticas a partir dos seus percursos no contexto brasileiro nos meados de 1970 até os dias atuais e, entre outras bibliografias. Portanto, esta pesquisa é original no sentido que ela verte sobre a situação das minorias sexuais de um país da África da língua oficial portuguesa, um contexto em relação ao qual existem poucas contribuições que apresentem e discutam a situação das minorias sexuais e de gênero. O propósito é realizar um estudo da história da homoafetividade na sociedade guineense e uma analogia com outras histórias semelhantes do continente africano; particularmente, nos países membros de PALOP. Nesta linha, vale ressaltar que, para além dos textos recolhidos nas coletâneas “Traduzindo a África Queer”, vol. I e vol. II, uma outra inspiração desta pesquisa, foram as contribuições do sociólogo moçambicano Ercilio N. B. Langa em seus textos sobre a homossexualidade e debates contemporâneos em África e os textos publicados pela revista brasileira Anuário Antropológico sob a direção dos antropólogos Francisco Miguel e Nelson André Mugabe. Este número da revista, intitulado “Sexualidades e suas repercussões sociais

¹ *O Queer African Reader* é uma coletânea de artigos e outras contribuições de diferentes autores e autoras feministas e militantes de África. Várias das contribuições desta coletânea foram traduzidas para o português pelos membros do grupo FEMPOS/UNILAB e com a colaboração de outros pesquisadores externos.

em contextos africanos”, publicado no ano 2021, foi dedicado ao estudo sobre gênero e sexualidade na África, incluindo países da área lusófona. Uma pesquisa mais detalhada sobre a situação da Guiné-Bissau se torna necessária, dado que mesmo o referido dossiê não inclui pesquisas dedicadas à situação das minorias sexuais neste país, como constata também o texto de Fabiano Gontijo (2021).

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A crescente referências bibliográficas sobre a sexualidade africana tem contribuído positivamente na desmistificação dos discursos difundidos nos primeiros estudos antropológicos ocidentais a pensar as práticas sexuais nos contextos africanos. Da mesma forma que a racionalidade africana foi questionada e subestimada por vários séculos, as suas práticas sexuais também foram lentes e objetos de estudos nos meios acadêmicos, e esses na sua maior parte criaram uma memória e uma imagem hipersexualizada dos africanos, deixando de lado os seus desejos, prazeres e práticas homossexuais. (LYONS; LYONS, 2000. p.131; SCHRADER, 2020; MOODIE, 1988; HARRIS, 1990. p.8, apud, MIGUEL; MUGABE, 2021. p.28). Diante disso, a sexualidade africana foi e ainda é centro de vários debates com as novas metodologias sistematizadas nas construções acadêmicas e dos intelectuais africanos/as na elaboração de historiografias e análises críticas, especialmente nos campos de gênero, raça e sexualidade.

Digno de reconhecimento, são fortes e importantes contribuições das produções dos críticos pensadores/as da África anglófona sobre a dissidência sexual e de gênero em África, como mostra Caterina A. Rea (2020). Um trabalho do qual nasceu uma rica coletânea que representa os ideais que muito ajudam a pensar e explicar cronologicamente as importantes ocorrências que marcaram e marcam a dimensão dos campos de estudos sobre a sexualidade africana, como canal da recomposição da história, ou seja, das narrativas através das inquietações, interrogações e interpretações das dicotomias entre as suas tradições e a modernidade em constante transformações.

Um amplo debate iniciou-se nos campos das pesquisas sociais e históricas, demonstrando que as sociedades africanas sempre foram marcadas pela pluralidade de práticas sexuais, umas de formas sigilosas e outras até reconhecidas por certas culturas. De acordo com Thabo Msibi,

As sociedades africanas nunca tiveram, historicamente, uma identidade gay ou uma categoria patologizada de homossexual; porém, a atração e a expressão entre pessoas do mesmo sexo eram conhecidas por ocorrer, de maneira geralmente escondida, embora em alguns casos, de formas culturalmente aceitas, (EPPRECHT, 2004. apud, MSIBI, 2011. p.153).

Levando em consideração essas realidades, é possível entender que os envolvimento entre pessoas do mesmo sexo em África naquela época não aconteciam apenas por mera casualidade, pois, essas relações implicavam amor, desejos, prazer, tradição, etc... deferentemente de todas aquelas configurações imagéticas assentadas na noção de raça, como características fenotípicas construídas e difundidas pelo Ocidente. A relação homoafetiva ganhou uma imensa contestação no continente, sendo porém, impossível pensar a sua proibição e a discriminação em contextos africanos sem a participação das heranças coloniais deixadas, como processos e estruturas de dominação e apropriação, como é o caso das leis coloniais antissodomia. (MSIBI, 2011. p.153).

Após as independências dos países africanos, a negação da homoafetividade como uma prática não africana se tornou cada vez mais rígida e intolerante por parte dos próprios líderes políticos e religiosos africanos (LANGA, 2018). Esse processo de refutação é o que Thabo (2020) vai designar de “a mentira que nos contaram: sobre a (homo)sexualidade na África”, que segundo ele, comportam as camuflagens do neoconservadorismo, a reaparição do patriarcado mais uma vez verificado, esses construídos e sustentados em uma base religiosas, no nacionalismo e na lei. (MSIBI, 2020. p.153). Vale ressaltar que, não nos cabe aqui contrapor as tradições africanas e as vivências da sexualidade, uma vez que a África e a Guiné-Bissau em particular, já possui sua cosmovisão no que se refere às diversidades sexuais. Torna-se necessário adotar novas lentes que nos permitam enxergar a pluralidade das formas de sexualidade presentes em diversos contextos e culturas africanos, conforme apontado por Thabo Msibi (2020), Gathoni Blessol (2018) e outros/as autores/as africanos/as.

Em suma, essa possibilidade e capacidade de ver conceitos semelhantes e possuir conclusões diferentes perante os fatos, perpassam as construções tradicionais explicando a maneira como nós compreendemos a vida em geral. Desta forma, pensar a sexualidade em África e no contexto guineense em específico enquanto prática e atividade sexual é fundamental, sendo ela uma das engrenagens fundamentais no processo de exercício do poder em todas as sociedades, (FOUCAULT, 1980. apud. MSIBI, 2020. p.155). Portanto, numa perspectiva filosófica, este trabalho problematiza os conceitos fundamentais que constituem a nossa cosmovisão quanto às sexualidades africanas a partir de uma sensibilidade crítica que possibilitaria a compreensão de uma “vigilância epistemológica” (BOURDIEU, 2004), que

consiste no estranhamento daquilo que aparentemente nos é familiar, como nos ensina Pierre Bourdieu. A pretensão é não nos agregar às repetições acríticas do senso comum.

5.1 SEXO E GÊNERO

Sem a pretensão de quebrar o fio condutor deste trabalho, propomo-nos desenvolver este capítulo como uma síntese explicativa da diferenciação dessas duas categorias indissociáveis na Guiné-Bissau. As construções sociais guineense associam o sexo e gênero enquanto incorporação e reprodução da sexualidade dos indivíduos, no sentido que o sexo de nascença explica imperiosamente os desejos sexuais das pessoas, ou, em outras palavras a heterossexualidade, salvo em caso de “doença” como é considerado por muitos/as sobre as relações homoafetivas. Neste sentido, pensar a homossexualidade no país implica necessariamente a discussão e distinção desses dois conceitos.

Assim sendo, sexo é uma palavra usada para distinguir os órgãos sexuais de um homem a de uma mulher, e quando se fala do sexo de uma pessoa é basicamente falar de suas características biológicas que geralmente incluem os aspetos anatômicos, morfológicos e fisiológicos como cromossomos, os órgãos sexuais internos e externos, a capacidade reprodutiva e os hormônios produzidos dentro do corpo humano. Em outras palavras, como demonstra Elsa Dorlin,

Sexo, em geral, designa três coisas: o sexo biológico, tal como atribuído no nascimento - macho ou fêmea- , o papel ou comportamento sexual que supostamente corresponde ao sexo biológico; o gênero, provisoriamente definido como os atributos femininos e masculinos - e que as diversas formas de socialização e educação dos indivíduos produzem e reproduzem; e por fim, a sexualidade, isto é, o facto de ter uma sexualidade, de “ter” ou “fazer” sexo. (DORLIN, 2021.p.7)

Poder-se-á, portanto, compreender que cientificamente o sexo de um indivíduo é assente na genética, o que permite uma diferenciação do homem e mulher, ou seja, o “masculino” e “feminino” (DÍES, 2020). E esses fatores genéticos originam segundo alguns estudos diferenças fisiológicas e biológicas entre os sexos, sendo que homens e mulheres possuem 46 cromossomos e dois cromossomos sexuais, os homens com um cromossomo X e Y e as mulheres com dois cromossomos X. Porém, também foi comprovado que por razão das imprevisíveis natureza da vida e do corpo humano, algumas mulheres nascem com cromossomo Y assim como alguns homens podem nascer com 2 ou até 3 cromossomos X, e que, portanto, esses fatores fazem com que muitas vezes os seres humanos apresentam características “intersexuais”, independentemente do seu sexo e isso abrange múltiplas

condições específicas. (CUNHA, 2015).

Em diálogo com a abordagem de Elsa Dorlin, esses primeiros estudos sobre a intersexualidade foram os primeiros a apontar a relatividade flexível do sexo biológico e sua restrição no processo de determinação de identidade sexual, o que comporta os papéis de gênero e os comportamentos sexuais. (2021, p.36). No entanto, ela realça que, ainda nessa direção, algumas pesquisas apontam claramente a não dependência do desejo sexual, o comportamento e a identidade de gênero do indivíduo nas configurações das anatomias, dos cromossomos ou dos hormônios. (ibidem, 2021, p.40).

Sociologicamente, o conceito de gênero diferente do sexo, nem sempre corresponde as normativas científicas anteriormente definidas pela medicina, contudo, é movido pelos aspectos biológicos e fisiológicos que apresentamos sendo “homem” ou “mulher” muitas vezes guiados pelos papéis específicos socializados, ou seja, não se trata apenas do biológico mas sim de uma construção sociocultural que varia de sociedade para sociedade, levando em consideração os aspectos culturais construídas nos processos históricos. O que significa que essa classificação de “macho” e “fêmea” ocorre em sua maior parte pelas condições externas e não por determinação interna. (DORLI, 2021.p.38). Sendo assim, o gênero é baseado nas construções sociais e complexos de crenças em que a sociedade determina os papéis sociais, particularidades e atividades, em outros termos, comportamentos apropriados para homens e mulheres ao longo de suas vidas.

Dessa forma, o gênero alberga um conjunto abrangente de representações referentes a comportamentos que imponha o que é esperado, permitido e valorizado numa mulher ou num homem. Por conseguinte, essas imposições da sociedade muitas vezes acabam a estabelecer as desigualdades entre homens e mulheres no que diz respeito às responsabilidades atribuídas, atividades empreendidas, ao acesso aos recursos e ao controle sobre os mesmos, bem como as oportunidades no acesso à tomada de decisão (GUERRA, 2006).

As novas configurações procuram contextualizar e reorganizar as suposições, ou seja, as “verdades impostas” sobre o sexo e gênero nos campos de produções científicas, promovendo a pluralidade das representações de homens e mulheres com a finalidade de atingir a sociedade em geral, visto que o conceito gênero se constroí nas esferas das relações sociais e em determinados contextos históricos. Com isso, essas formulações buscam compreender o gênero como formante da identidade dos indivíduos que se constituem em múltiplas perspectivas.

Ora, atualmente na Guiné-Bissau, a dimensão de gênero tem se intensificado demarcando as relações do poder nos exercícios políticos e as dinâmicas das instituições do

país, como forma de reverter a hegemonia masculina nos domínios teóricos e de prática social, viabilizando assim, o equilíbrio nas relações do poder, na participação e representação política adaptando-as às realidades contemporâneas. Porém, apesar dessas lutas para o equilíbrio dos papéis nas esferas públicas, percebe-se que para além dos âmbitos formais, a sociedade guineense como muitas outras africanas possui suas peculiaridades na forma de ver o “gênero” que transcende a dimensão da esfera de *"familia nuclear"* como mostra a intelectual nigeriana Oyèrónkè Oyêwúmi. (2004). Oyêwúmi faz uma impressionante problematização e ilustração crítica sobre as teorias feministas, no que tange à universalização de certas categorias, com o enfoque na categoria gênero.

Na visão desta autora, a divisão sexual de trabalho atualmente vistas em contextos africanos provém das interpretações e apropriações de formação familiar cujo modelo, o Ocidente, tornando-se para tal o gênero como categoria fundamental de diferenciação na relação de causa e efeitos da família nuclear patriarcal, por isso, a ideia de fêmea emergente do feminismo comporta o conceito de esposa. Neste sentido, ela traz a sua experiência e a de vários outros autores africanos, mostrando que independentemente das suas diversidades, em grande parte das tradições africanas, a noção de mulher é concatenado à maternidade como um vínculo de descendência, e não assente em uma relação sexual com um homem como definida nas teorias euro-americanas (2004, p.4 e 5). Assim sendo, ela defende a ideia que, o que qualifica ou determina os papéis sociais em certos contextos africanos não se baseiam nas tipologias corporais, tanto que, ser "fêmea", mãe ou esposa nunca foram obstáculos nos papéis desempenhados e nas realizações de diversas atividades das mulheres africanas. Enfim, essa é uma questão que pretendemos adentrar mais ao fundo nos próximos passos da nossa pesquisa pois, é uma discussão que por ora, interessa menos o nosso trabalho.

5.2 IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Numa pluralidade contemporânea de concepções, a identidade de gênero se trata de gênero com o qual um indivíduo se identifica, contendo sua percepção individual e sentimento de ser homem ou mulher no mundo, uma vivência interiorizada que corresponde ou não aquela atribuição do sexo biológico da pessoa. (STOLLER, 1968). Contudo a identidade de gênero nem sempre corresponde ao sexo do indivíduo, é geralmente determinada desde o seu nascimento de uma forma involuntária. Por conseguinte, existem variedades da indentidade de gênero como: Cisgênero, Transgênero, Travesti, Iranssexual e Não-binário segundo alguns estudos.

A identidade de gênero Cisgênero é o conceito que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado a quando de seu nascimento. O transgênero abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. Intersexual são pessoas com variações dos corpos tidos como masculinos ou femininos, que engloba conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. Não-binário que são os indivíduos que se identificam com a mistura de ambos os sexos, masculino e feminino. (JESUS, 2012, p.26).

Observando esses aspectos, dependendo da liberdade de escolha de cada um, a identidade de gênero configura o comportamento, o vestuário, a expressão verbal e corporal e até as transfigurações das aparências corporal por meios cirúrgicos. Esta compreensão da diferença entre sexo biológico e gênero como construção sociocultural é uma das formas em que o Ocidente tem discutido estas categorizações. Porém, isto nos conduz a pensar até que ponto esta compreensão faz sentido, ou seja, analisar de que forma essas categorias são lentes para os contextos africanos, e isto gerou a necessidade maior que é pensar a sexualidade na trama africana e em particular no contexto das sociedades guineense. Mas antes de proceder, quiçá seja importante trazer uma síntese do conceito Sexualidade numa perspectiva ocidentalizada.

Foram produzidas várias bibliografias em diversos ramos das Ciências Sociais, nomeadamente História, Antropologia, entre outras e principalmente nos campos críticos e analíticos dos Estudos Feministas que instituíram determinadas diferenças entre as identidades de gênero e as identidades sexuais, uma vez que muitas dessas produções e os seus antecessores promoveram e promovem frequentemente as abordagens sobre gênero que incorporam os requisitos da sexualidade. Se tivéssemos que resumir a compreensão da sexualidade à luz da tradição feminista ocidental e dos movimentos que pautaram as formas da sua dissidência, poderíamos resumir afirmando que, como no caso do gênero, a sexualidade não depende do sexo biológico, ou seja, a atração sexual não depende da dimensão biológica e anatômica do sexo (DORLIN, 2021). Por sexualidade entende-se muito mais um “sistema político” (DORLIN, 2021, p.55) que justamente politiciza e historiciza os corpos e as identidades sexuais. Se os movimentos LGBT, derivados de Stonewall, apontaram para a constituição de identidades sexuais definidas e estáveis, particularmente a homossexual, gay e a lésbica em oposição à heterossexual, com suas características, suas práticas e demandas próprias por direitos, a vertente queer trabalhou a sexualidade, na esteira do filósofo francês Michel Foucault, como um “dispositivo histórico de poder que marca as sociedades ocidentais modernas e se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social” (MISKOLCI, 2009, p.154).

Essas rotulações sobre e para as populações LGBTs, em sua maior parte construídas pelas ideologias ocidentais a partir de toda uma controvérsia de reconhecimento dos direitos sexuais provenientes de um público-alvo branco e ocidental, muitas vezes não conseguem suprir as necessidades e emergências dos contextos africanos, uma das questões que constitui a preocupação e as chamadas de atenção de vários autores/as e teóricos do sul-global e os africanos/as em específico. Como demonstra Caterina A. Rea (2018), constata-se que, a engrenagem dessas elaborações nestes processos e agendas se constroem com base nas suas prioridades, neste caso,

A epistemologia ocidental da (homo)sexualidade estrutura-se a partir do coming-out (saída do armário), da afirmação do orgulho e da visibilidade enquanto características imprescindíveis do ser gay e lésbica e se baseia, desta forma, na ideia de uma oposição bem definida entre homossexualidade e heterossexualidade. (REA, 2018, p.12).

Diferente das prioridades ocidentais, já se encontram diversas produções demarcando a genealogia crítica da sexualidade na perspectiva africana, da qual apoiamos mais uma vez na contribuição de Thabo Msibi para o aprofundamento das nossas reflexões colocando a inquietação sobre algumas categorias conceituais ocidentais tidas como universais, como é o caso da categoria “*Homossexualidade*” e “*Gay*”. De acordo com Msibi, esses são conceitos ocidentais provenientes de uma história própria, em determinados momentos históricos acompanhados de suas políticas e lutas específicas. (2021, p.154 e 155). Dentro desta “atividade racional”, Julius Kagawa vai mostrar que a sexualidade na maior parte dos países africanos é discutida exclusivamente nas questões de reprodução e prevenção contra as doenças (KAGGWA, 2018, p.29). Nesta linha, os debates à volta de sexualidade no continente se dão predominantemente no quesito de procriação, a Guiné-Bissau como parte desta conjuntura, tende a proporcionar e promover uma educação com liberdade sexual e moral específicos entre homens e mulheres, considerando que a maior parte dos debates e discursos sociais no campo epistêmico de suas categorizações também acredita na ocidentalidade das origens homossexuais.

Ainda nesta lógica, se destaca a dimensão das perspectivas de teóricos Luca Bussotti e António Tembe (2014), apresentadas por Ercílio B. N. Langa no seu trabalho, no qual esses pesquisadores apontam que os discursos filosóficos e sociológicos dos afrocentristas têm se inclinado para ideia de que a defesa das relações homoafetivas estaria sempre ligada com os interesses ocidentais. (LANGA, 2018, p.13). Por isso, instaura-se um processo quase que irreversível de críticas à essas rotulações que não comportam em grande parte o discernimento

de diversas realidades africanas, ou seja, como afirmam os queers africanxs, depreende-se que as teorias do conhecimento sobre o sexo, gênero e práticas de sexualidades nas diversidades africanas, em outras palavras, em muitas culturas e nas de árabe-muçulana não se definem em “sair do armário” já que, uma relação sexual feita por pessoas do mesmo sexo não define de forma estável e direta sua identidade sexual nesses contextos.(REA, 2018, p.12).

Portanto, lamentavelmente até então, o conjunto de valores estruturante da sociedade guineense restringe os debates epistêmicos sobre sexualidade à esfera de reprodução e a prevenção das doenças, no caso dos homossexuais os apoios na luta contra o HIV sendo os mais infectados pelo vírus da SIDA e pela hepatite B, uma difícil e complexa realidade que suscita gradativamente as indagações dos princípios da razão numa busca por novos paradigmas e transformações epistemológicas.

5.3 LGBTs NAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Tendo em vista às questões políticas e socioeconômica da Guiné-Bissau, os problemas e as necessidades da juventude guineense, foram criadas diversas organizações juvenis não governamentais com o propósito de constituir um conjunto de defesa de novas formas de integração social e dar respostas às demandas acadêmicas e sociais. (Barros, 2009, p.1). Nesta conjuntura, foi criado o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) em 1994 e a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ) no ano 2009 (ESTATUTO CNJ, 2016; UE-PAANE, 2014).

As associações com as quais vamos trabalhar são essas duas, CNJ e RENAJ-GB. O motivo da escolha destas duas organizações juvenis para a realização do nosso estudo deve-se ao fato delas possuírem estruturas e projetos sociais e acadêmicos que incorporam diferentes grupos sociais, associações, movimentos, redes temáticas e plataformas juvenis, enquanto frentes da sociedade que representam e dialogam sobre os interesses coletivos. (ESTATUTO CNJ, 2016; UE-PAANE, 2014).

Como mencionado anteriormente, Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ) foi criada no ano 2009, cujo papel “Desenvolver o associativismo juvenil como forma de combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável do país” no qual este será realizado com base em seis (6) eixos estratégicos prioritários: Saúde reprodutiva de adolescentes e jovens; Cidadania, direitos humanos e equidade de gênero; Acesso aos recursos e empresariado juvenil; Saneamento básico e educação ambiental; Desenvolvimento

organizacional e, Formação. (UE-PAANE, 2014²). E assim como a criação do Conselho Nacional da Juventude (CNJ)³ em 1994, que é uma organização mãe da juventude guineense, cuja função é garantir uma “Representação de jovens nos planos nacional e internacional, com o estatuto do principal interlocutor dos interesses da juventude guineense e apoiar essencialmente os seus membros na realização dos seus objetivos estratégicos”. (ESTATUTO CNJ, 2016, p.3)

A população LGBT constitui uma camada minoritária significativa não registrada em termos de percentagem, por ser uma das camadas populacionais marginalizadas na Guiné-Bissau, afastados dos sectores políticos e de maior parte das ONGs. Aproprio-me aqui das ideias de Ndashe (2018), que evidencia a diferenciação dos avanços do ativismo homossexual nos diversos países africanos. Como mostra esta autora, podemos dizer que, a Guiné-Bissau se encontra numa fase que ela denomina de (Don't ask, don't tell) não pergunte, não conte (2018, p.78), uma vez que a existência das pessoas homossexuais permanece um não dito, algo que não pode ser questionado ou explicitado através da instituição de políticas públicas que defendam e garantam os direitos deste grupo. Questões que evocam críticas a essa “política social” em grande parte usada pelos guineenses que podemos traduzir em uma linda frase da autoria do blogueiro brasileiro Raphael PH Santos⁴, “só não viu quem não quis ver, ou, não sabiam que podiam ver”. Os/as homossexuais possuem uma visibilidade restrita no país dado às questões políticas, culturais e socialmente construídas, factos que limitam suas participações nos meios académicos, porém, embora isolados das convivências comuns da sociedade e não reconhecidos como uma organização ou ativistas sociais dos direitos sexuais, criaram um dos primeiros e o mais visível movimento de gays e mulheres trans no país, que conta com mais de 100 membros, denominado “Big Mama Fountain⁵”, segundo Vadinho da Costa o Líder do movimento em uma entrevista, com o propósito de uma luta árdua pela aceitação de suas realidades.

À vista disso, os problemas de gays, lésbicas, bissexuais, trans e intersex-queer

² UE-PAANE é um programa internacional de apoio aos atores não estatais, financiado pela União Europeia e empreendido na Guiné-Bissau. Fruto de um acordo assinado pela República da Guiné-Bissau e a União Europeia em 15 de abril de 2010, “no quadro de 10º Fundo Europeu para o Desenvolvimento” atualmente, atuante em diversas áreas de atuação das Organizações Não Governamentais.

Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/relatoriouepaane-final_0.pdf

³ O Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), possuem uma das maiores estruturas organizacionais não governamentais existentes na Guiné-Bissau.

⁴ Raphael PH Santos é um blogueiro brasileiro e comunicador crítico de cinema no youtube. Informações disponíveis em: [Raphael PH Santos - Procurar \(bing.com\)](#).

⁵ Big Mama Fountain, o primeiro movimento de gays e mulheres trans guineenses, que conta com mais de 100 membros.

guineenses, por não serem considerados um dos “fatos sociais” sérios que adverte o olhar e pensar da sociedade, são totalmente excluídos das políticas estratégicas das associações juvenis. Por ora, uma das estratégias por eles utilizadas foi a criação dos movimentos como “uma ideia e um acréscimo de necessidade e esses se torna uma maneira rápida na qual a indignidade, o estigma, a violência e o ódio contra a população LGBTI podem ser superados”.(NDASHE, 2018, p.82). Embora essas estruturas não possuam reconhecimento do Estado, elas servem de veículo de solidariedade entre eles e como um meio de reivindicação dos direitos que lhes é negado, afinal os direitos LGBT são direitos humanos.

5.4 PAPEL DE FAMÍLIA E OPRESSÃO DA SOCIEDADE

Como é sabido, a opressão consiste no efeito negativo baseado nas pessoas que são alvo do exercício desumano do poder numa sociedade ou grupo social, que pode ser o racismo e qualquer preconceito contra a cor da pele, sexo, sexualidade, etc, fazendo com que os cidadãos se sintam sufocados, rejeitados, obrigados a viver e agir segundo a vontade e capricho dos outros ao invés de ser eles mesmos.

As pessoas LGBTs africanas como as dos outros continentes têm lutado arduamente pelo respeito e afirmação dos seus direitos. Segundo a Gathoni Blessol (2018), “muito foi escrito sobre as lutas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex-queer africanos para atingir a igualdade e a liberdade que, idealmente, permitem a aceitação e a inclusão, por parte de sociedades religiosas, culturalmente diferentes e tradicionais da África” (BLESSOL, 2018, p.101).

A Guiné-Bissau é um país africano e patriarcal regido pelo sistema hierarquizado com base no gênero, atribuindo mais valor e supremacia ao masculino, no qual os homens são as figuras de autoridade suprema tanto na família quanto no Estado, estabelecendo o controle das decisões econômicas, sociais e morais relativas a todos os membros da família. Por consequência, essas restrições criam inúmeras opressões para as mulheres e em particular as para as pessoas cuja orientação sexual não condiz com o que é esperado do seu sexo biológico, com o nível padrão social e cultural guineense, ou seja, o heterossexual, usando os termos de Joacine Katar Moreira “*a cultura de matchundadi*”⁶ (MOREIRA, 2017).

⁶ *Matchundadi* é um termo crioulo usado para se referir aos homens fortes, líderes e chefes em todas as esferas. De acordo com Joacine, “*a cultura de matchundadi*” são conjunto de valores, comportamentos, símbolos e práticas norteadas por uma visão do mundo baseada em características entendidas como próprias dos homens e das masculinidades, em que sobressai o exercício da força física e a força simbólica, nas esferas sociais, políticas e institucionais. (MOREIRA, 2017. p.2).

Diante disso, o seio familiar e religioso tem sido um dos principais obstáculos nas escolhas e no processo de aceitação de orientação sexual de muitos guineenses, a religião foi e ainda é o principal fator da rejeição a homossexualidade, sendo ela, “um sistema de crenças, doutrinas e rituais próprios de um grupo social”, (TAVARES, 2014, p.16). Família e religião são locais predominantes de discriminação e principais causadoras da violência homofóbica. Nesta direção, destacamos as reflexões do sociólogo Ercílio N. B. Langa que, ao versar sobre as leis de proibição das relações homossexuais mostrou que, “a imposição das primeiras legislação de proibição e punição da homoafetividade nos contextos africanos tiveram como precursores, as autoridades coloniais, de cunho religioso cristãs, europeus e islâmicas” (2021, p.276-277). Este defende a ideia de que, a formação dos Estados dos países africanos teve, em grande parte, como inspiração os modelos de família patriarcal e Estado-Nação provenientes da Europa, América do Norte e uma parte da Ásia. (ibidem,2021, p.276-277).

Neste sentido, o cristianismo e o islamismo foram e continuam a ser os principais fatores e meios de preconceitos, estabelecendo formas de discriminação contra a população LGBT na Guiné-Bissau por conta das solidas relações socialmente construídas e associadas à religiosidade, mentalidade e concepções a volta da homoafetividade. Facto que demonstra a necessidade de uma análise profunda e minuciosa de todos os aspectos e esferas, e uma preocupação que deve constar na agenda de dimensões e ações do Estado e da sociedade guineense em geral. A título de exemplo, em uma entrevista um jovem gay da Guiné-Bissau, Marcelino Balde Gomes, numa entrevista à DW África (2020) aponta que,

Os gays são constantemente agredidos nas ruas e o pior no próprio lar familiar, sou o exemplo vivo de tudo isso. Já fui vítima várias vezes, agredida física e verbalmente pelas pessoas desconhecidas e pela minha própria família por ser quem sou (gay), tive que desistir do meu estudo, pois, desde crianças sofria preconceitos e discriminação na escola, eram bulim, agressões, brigas, suspensões e o mais triste é que os professores e a direção das escolas nem se importavam com a minha situação. Por isso, minha única opção era desistir de tudo porque não tinha mais força para seguir em frente.(DW, África, 2020).

Entretanto, as ideologias do universo familiar guineense precisam ser moldadas e desconstruídas no sentido de amenizar as discriminações e o preconceito contra os/as homossexuais, fundados em um sistema de representação que envolve crenças religiosas e valores preconceituosos culturalmente construídos e compartilhados na sociedade. Como mostra Julius Kaggwa 2018,

Desafios e oportunidades em relação ao sexo, identidade de gênero e sexualidade em África, são fortemente ligados à família e estão frequentemente apoiados na cultura e

em diferentes ideologias, [...] em África a cultura, incluindo a religião, foi usada para levar adiante uma agenda repressiva, assim como agiu como uma barreira para o avanço da liberdade de gênero e expressão sexual. (KAGGWA,2018, p.29).

Face ao exposto, é possível compreender que o entendimento de construção social sobre o gênero e orientação sexual é complexa, visto que envolve uma sistematização de dominação abusiva que se perpetua em uma estrutura do poder religiosa, cultural e social. Tal estrutura do poder impõe uma definição estritamente naturalista do que é ser homem e mulher, indicando no sexo biológico o elemento fundamental e definidor de gênero e a orientação sexual da pessoa.

Assim sendo, ser gay ou lésbica que são as identidades sexuais mais comuns na Guiné-Bissau, ser homossexual não é crime, porém, é a batalha contínua pela aceitação de sua orientação sexual em todas as esferas, e cabe a nós indagar de que forma os interesses LGBTs estão inseridos nas associações juvenis, quais são as medidas de proteção laboral e reconhecimento dos direitos sexuais, quais são suas participações nas tomadas de decisões no processo de construção e desenvolvimento do país e que políticas estratégicas garantem suas participações nesses meios. Para obtenção dessas respostas foram feitas entrevistas com os membros do movimento LGBTs Guiné-Bissau, em que numa média dos dez (10) entrevistados, oito (8) afirmaram que não estão e nunca estiveram incluídos de alguma maneira em qualquer ONG guineense, em particular CNJ-GB e RENAJ-GB e se sentem totalmente excluídos, motivo pelo qual nunca procuraram integrar alguma das organizações por medo de não saber como será as suas recepções nesses meios.

Entretanto, a respeito das políticas estratégicas do Estado ou das associações juvenis que permitem suas participações nas esferas acadêmicas, salvo a revisão da política estratégica de saúde com o apoio de Fundo Mundial para os Gays, sendo os mais infectados pelo vírus da SIDA e pela hepatite B segundo Mamadú A. Djaló, diretor nacional da Enda Health, eles desconhecem caso houver alguma. E mostram que contam exclusivamente com o apoio da ONG Enda Health,⁷ que é uma organização que presta ajuda e cuidados a populações vulneráveis a terem informações sobre o cuidado com a saúde. Portanto, compete a todos questionar as políticas estratégicas do Conselho Nacional da Juventude guineense (CNJ), sendo ela uma “organização paraestatal e mãe da juventude guineense reconhecida como o mais alto espaço de auscultação, coordenação e representação de associações, movimentos e plataformas juvenis face a esses fenômenos”.

⁷ *Enda Health*, uma organização não governamental cuja função é prestar ajuda e cuidados às populações vulneráveis e informá-los sobre o cuidado com a saúde. Financiada pelo Fundo Mundial para Saúde.

5.5 POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO MECANISMO DA INCLUSÃO

Diante dos fenômenos e ideias anteriormente difundidas, faz-se necessário uma apresentação e discussão da importância de políticas estratégicas de inclusão para o contexto e as realidades da sociedade guineense como mecanismo da redução do preconceito, violência e garantia do uso e legitimação dos direitos humanos. Se por um lado, as lutas pela igualdade de gênero se intensificam nas esferas sociais, políticas e econômicas na Guiné-Bissau, por outro lado, os anseios por criação, aprovação e difusão dos direitos sexuais e de cidadania das pessoas LGBTs invocam a emergência com o crescente movimentos gays no país. Com o gradativo desses movimentos, começou-se a propor e difundir as lutas pela liberdade de escolha e de aceitação de orientação sexual pela ação consciente dessas forças “políticas” nos meios informais, como forma de exigir e garantir os seus direitos, igualdade e dignidade enquanto pessoas e cidadãos guineenses.

O exercício de cidadania plena de cada povo se cria com leis, políticas estratégicas e procura um sentido profundo na defesa da “integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo seu Estado”, (SOUZA, 2015, p.2). Então, o que seriam as políticas públicas? Em um sentido mais usual acadêmico, as Políticas Públicas são conjuntos de projetos e programas de desenvolvimento e ações dos governos com a colaboração das instâncias públicas ou privadas, como garante da cidadania em diferentes demandas da esfera social, cultural e econômica. Considerando a complexidade das relações sociais e paradigmas religiosos entrelaçados com as diferentes culturas na Guiné-Bissau, estes imbuídas de desigualdades construídas há vários séculos, as políticas de inclusão são fundamentais para que os grupos sociais vulneráveis e homossexuais em específico, possam ter uma mobilidade social que estabelece uma “boa condição de cidadania” neste caso, suas inclusões nos sistemas políticos de direitos fundamentais.

De acordo com alguns entrevistados dos movimentos LGBTs da capital Bissau, em nossa entrevista e rodas de conversas remotas realizadas em abril de 2022, o desconhecimento de possíveis legislação nacional, no caso de políticas públicas que assegura o acesso dos/as homossexuais aos direitos básicos continuam intactas na Guiné-Bissau, que reflete o isolamento e a restrição dos seus exercícios da cidadania nos espaços formais e de poder. Por outro lado, consideram a falta de registros oficiais da população LGBTs o principal vetor do não reconhecimento dos seus direitos e suas formas de existir enquanto seres humanos “completos” e não um grupo de pessoas que sofrem por uma doença patológica.

Cabe neste momento enaltecer que, a Organização Mundial de Saúde através das

pesquisas e análises realizadas pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e Nacional Institutes of Health (NIH), define a homossexualidade como “uma variação da sexualidade, de expressão de afeto amoroso, sendo ela uma orientação sexual”. (MARI, 2014, p.21), e a Guiné-Bissau é um Estado-Membro da OMS. Há quem diga que, “a colonização nos países africanos não foi apenas política e territorial, porém, também epistemológicas”(SILVA; MOURA, 2019), essas movidas pelo fortalecimento religiosos, e como mostra o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss, a religião possui estruturas profundas e “inquestionáveis”. (MAUSS, 2003). Desta forma, propor políticas públicas de inclusão e a sua discussão para a homossexualidade na Guiné-Bissau, inclui necessariamente transformações radicais que envolvem a moral, neste caso as crenças existenciais dos indivíduos e padrões sexuais construídos e historicamente solidificados. (SOUZA, 2015, p.2).

Paradoxalmente, a invisibilidade da não-heterossexualidade coloca em debate o estado democrático de direito na Guiné-Bissau, uma vez que, tem como função a criação de um Estado justo, onde todos sem exceção possam viver e usufruir dos direitos fundamentais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos através da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotou e proclamou direitos humanos fundamentais que os Estados-Membros se comprometem a promover, um comprometimento do qual o Estado guineense faz parte. Assim sendo, convém citar aqui alguns desses direitos que interessam ao nosso trabalho. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Artigo 1- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade; Artigo 2- Todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, [...]; Artigo 3- Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (UNESCO, 1998, p.2 e 3).

Dentro dessas perspectivas, percebe-se que a ratificação dessa declaração por si só não consegue suprir as necessidades de toda a população e dos/as LGBTs em particular no contexto da Guiné-Bissau, com as inúmeras situações de violências e exclusão social que têm sido denunciadas pela mídia guineense, sobretudo nas rádios e páginas de Facebook nos últimos anos. Tudo isso atende às fortes formações de desigualdades nas estruturas sociais, usadas para subordinação e opressão dos não-héteros. A nossa pretensão é que essas políticas públicas possam servir de veículo de ressignificação e transformação social e racional de juízos de valores que garantem uma socialização igualitária que levaria a ascensão e desmistificação das ideias construídas sobre a sexualidade no nosso contexto.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que, mediante todas essas situações conturbadas, existem mudanças plausíveis nos últimos anos. A Guiné-Bissau numa visão de aceitação dos/as homossexuais em comparação com outros países da Sub-região é um dos mais progredidos e aplaudidos, segundo Mamadú A. Djaló, diretor da ONG Enda Health (2018), as leis restritivas e as convenções de vários países da África Ocidental e mais de metade dos países do continente africano criminaliza a homossexualidade, e pode ser até punida com a morte em algumas áreas, citando o Senegal, Gambia, Guiné-Konacry, Togo, entre outros. Isso significa que, ser gay, lésbica, transexual, bissexual, intersex-queer na Guiné-Bissau não é crime, o que constitui já um passo significativo, porém, embora tenha se verificado avanços consideráveis na desconstrução das estruturas culturais e socialmente padronizadas a respeito do gênero e sexualidade no país, ainda são gritantes a discriminação, agressões verbais e físicas contra essa minoria sexual.

Em função dos elementos acima destacados, é possível compreender que, dependendo do país e do contexto social, como disse Sibongile Ndashe (2018),

Diferentes países no continente se encontram em diferentes fases do ativismo. Alguns países não têm movimentos para falar, e a postura de “não pergunte, não conte” (Don't ask, don't tell) permanece a única forma do ativismo: se sabe que existem pessoas LGBTs nas comunidades, mas não há discussão a ser feita. (p.78).

A Guiné-Bissau se encontra justamente nesta fase de claras comprovações da existência do grupo social homossexual, todavia sem se priorizar a sua problematização, no sentido de promover diálogos analisadores que visam questionar as ideologias culturais e psicossocial construídas a volta da sexualidade. Com o intuito de colaborar neste sentido, através das entrevistas e questionários nesta primeira fase do assentamento da nossa pesquisa, percebe-se que um dos principais esteios para o “conformismo” da sociedade em relação aos LGBTs na Guiné-Bissau não se deve apenas aos parâmetros dos direitos humanos, mas sim, na credibilidade patológica da hereditariedade homossexual enquanto uma doença.

É importante destacar que no processo para a materialização de coleta de dados, trabalhamos com os membros dos movimentos LGBTs e alguns jovens heterossexuais da capital Bissau, o facto curioso é que a maior parte dos entrevistados héteros, não só acreditam na hereditariedade homossexuais, assim como, apontam o grupo étnico *Mancanha*⁸ como provedor de maior número de pessoas gays, embora sem dados estatísticos oficiais para a

⁸ O grupo social Brames, vulgarmente conhecidos como Mancanhas, é um dos grupos étnicos que formam o mosaico cultural da Guiné-Bissau. Um povo constituinte de menos 4% da população guineense (PINTO, 2009. apud, SILÁ, 2019. p.6 e 9).

comprovação de tais afirmações. Por esta e tantas outras razões, que insistimos na necessidade de criação e instrumentalização das políticas e projetos de intervenção social que intensificam fortes debates sobre o tema em discussão, questionando a exclusão dos/as homossexuais em todas as esferas da sociedade e as concepções do senso comum da Guiné-Bissau.

6 METODOLOGIA

Para a concretização do nosso objetivo geral traçado para a pesquisa, que é, compreender em que medida os/as jovens guineense LGBTs estão sendo acolhidos e incorporados nas associações juvenis, através das políticas estratégicas que permitam sua maior inclusão e visibilidade nas esferas acadêmica da Guiné-Bissau, propomos a utilização do método qualitativo de caráter exploratório. De acordo com Diehl (2004),

A pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. (p.7).

Em relação às fontes, o nosso trabalho se embasa nas revisões bibliográficas, análise documental e entrevistas semi-estruturadas para debruçar sobre a situação de exclusão e lutas pela aceitação de orientação sexual dos/as homossexuais guineenses, a partir das lutas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex-queer africanos, os trabalhos desenvolvidos por diferentes autores que antecedem esta pesquisa, livros, artigos, revistas, monografias, blogs e sites da internet.

A revisão bibliográfica é uma peça chave para a realização deste projeto. Como mostra Boente, (2004), “a pesquisa bibliográfica e documental são pontos de partida de toda pesquisa”. E na perspectiva do Gil (1999, p.50), compreende-se que na pesquisa bibliográfica, “[...] as contribuições dos diversos autores sobre determinados assuntos que já foram estudados, analisados e publicados por meios impressos e eletrônicos” são fundamentais para a elaboração e desenvolvimento de outros trabalhos da mesma natureza, acrescentando ainda que:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e, (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Por conseguinte, considerando os planos elaborados e as características do trabalho a ser desenvolvido, suas particularidades exigem um estudo profundo para identificação e apresentação dos dados documentados, através da pesquisa explicativa, uma vez que estamos numa investigação cujo objeto de estudo possui poucas informações. Segundo Gil, “este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. (GIL, 2007. p.43).

No que diz respeito a técnicas de coleta de dados, para o desenvolvimento deste projeto apoiamo-nos mais uma vez nas revisões documentais, nas entrevistas ⁹realizadas com oito membros do núcleo LGBTs da Guiné-Bissau e suas histórias de vida, e também numa análise de diferentes perspectivas e entendimento do fenômeno homossexual de alguns jovens heterossexuais guineenses obtidos numa roda de conversação virtual realizada no mês de abril de 2022. É importante ressaltar que, futuramente tencionamos empreender uma investigação de campo na Guiné-Bissau, que será realizada por intermédio dos questionários que serão elaborados para a identificação de mais informações factuais a respeito das ideologias culturais padronizadas na sociedade guineense.

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de obter informações ou conhecimentos acerca de problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS, 2010, p.169).

Com efeito, a nossa investigação de campo se baseará também nas revisões bibliográficas de possíveis leis que possibilita o exercício dos direitos dos/as homossexuais, através das políticas públicas que assegurem o respeito, a participação e inclusão de todas as classes sociais e em particular os (LGBTs) nas esferas acadêmicas e, nos assuntos que lhes dizem respeito. Portanto, procuraremos reforçar os encontros e entrevistas com mais pessoas homossexuais dentro e fora da academia guineense.

⁹ Primeira e segunda entrevista virtual realizada por CORNÉLIA MENDES em um “DJUMBAI” com 10 membros dos Movimentos Homossexuais e 5 jovens heterossexuais guineenses membros de diferentes associações juvenis, da capital Bissau no passado Abril do ano em curso. DJUMBAI é um termo crioulo usado para referir os espaços de conversação, partilhas e trocas de ideias.

7 CRONOGRAMA

Etapas	2023		2024		2025		Observação
	1ºS	2ºS	3ºS	4ºS	5ºS	6ºS	
Levantamento Bibliográfico	X						
Seleção de Materiais	X	X					
Confecção de Fichamentos		X	X	X			
Trabalho de Campo				X	X		
Elaboração de Monografia		X	X	X	X	X	
Defesa da Monografia (TCC)						X	

REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel. **Os Movimentos de Emancipação Juvenil na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Percursos e Trajetórias**. Lisboa, 2010. Disponível em: CIEA7_7_BARROS Associativismo [juvenil enquanto estratégia de integração social.pdf \(iscte-iul.pt\)](#). Acesso em: 23 fev. de 2020.
- BISSAU, Conselho Nacional de Juventude. **Reestruturação e Redimensionamento Projeto dos Estatutos**, Bissau, Jan. 2016.
- BISSAU, Instituto Nacional de Estatística, **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Bissau, 2009. Disponível em: http://www.statguinebissau.com/publicacao/caracteristicas_socio_cultural.pdf. Acesso em: 20 março. 2021.
- BOURDIEU, Pierre; et al. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa em Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CUNHA, Sandra. **Sexo e Gênero**, Jun. 2015, apud. (Sociedade Intersexual Norte Americano).
- DALFOVO, Michael Samir; et al. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau**, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008, ISSN 1980-7031.
- DIEHL, Alessandra; et al. “A CID-11 não Reconhecerá Possibilidades de Patologização da Homossexualidade”. **Revista debates em psiquiatria**. São Paulo, SP. 2014.
- DÍEZ, Beatriz. **Qual é a Diferença entre o Sexo e o Gênero**. 09 set, 2020. Disponível em: [Qual a diferença entre sexo e gênero \(e por que esses termos podem estar ficando obsoletos\) - 11/09/2020 - UOL Notícias](#). Acesso em: 15 jun. 2021.
- DJALÓ, Mamadu Aliu. **Homossexualidade na Guiné-Bissau**, 2017, Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/homossexualidade-ainda-e-mal-vista-na-guine-bissau---ong-9794384>. html. Acesso em: 03 mar. 2021.
- DORLIN, Elsa. **Sexo, Gênero e Sexualidades: introdução a teoria feminista**. São Paulo 2021/ Traduzido por Jamille P. Dias e Raquel Camargo. Título original: **Sex, Genre et sexualités**. 1974.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: **Atlas**, 2017.
- GONTIJO, Fabiano. «Diversidade Sexual e de Gênero, Estado Nacional e Biopolítica no Sul Global: Lições da África», **Anuário Antropológico [Online]**, v.46 n.2 | 2021, posto online no dia 30 maio 2021, consultado o 01 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/aa/8318> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8318>.
- GUERRA, Luíz Antónia, «Sexo, Gênero e Sexualidade», 2006, Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 2ª. Ed. Brasília, 2012.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento da Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANGA, Ercílio. **A Homossexualidade no Continente Africano: história, Colonização e Debates Contemporâneos**. ISSN: 2595-5713. Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018.

LANGA, Ercílio. **Homossexualidade e direitos sexuais em África: percepções e discursos de africanos residentes no Brasil**. Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021. Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, 2003.

MIGUEL, Francisco, MUGABE, Nelson André, «Apresentação do dossiê: “Sexualidades e suas repercussões sociais em contextos africanos”», Anuário Antropológico, v.46 n.1 | 2021, Mayo-, pp. 27-35 Universidade de Brasília, Brasil. URL: <http://journals.openedition.org/aa/8314>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8314>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MISKOLCI, Richard. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOREIRA, Joacine Katar. **A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política**. ISCTE –Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. nov. 2017.

OYÈWÚMI, Oyèronké. **Conceituando o Gênero: os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas**. Volume 1, Dakar, Codesária, 2004.

REA, Caterina; AMANCIO, Izze Madalena Santos. Descolonizar a Sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. cadernos pagu (53), 2018:e185315 ISSN 1809-4449.

REA, Caterina; FONSECA, João Bosco Soares; SILVA, Ana Catarina Benfica Barbosa. Traduzindo a África Queer II Figuras da dissidência sexual e de gênero em contextos africanos. V,2. Abr. 2020.

REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izze Madalena Santos/ FEMPOS UNILAB, O Queer African Reader e sua atualidade para o debate sobre dissidência sexual e teoria queer em uma perspectiva Sul-Sul. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

SILÁ, Aua. **O Povo Brame ou Mancanha da Guiné-Bissau: um estudo sobre Ritual Fúnebre Toca-Choro (Toka Tchur)**. 2019, Disponível em:2019_proj_auasila.pdf (unilab.edu.br). Acesso em: 23 dez. 2022.

SILVA, Patrícia Cristina; MOURA, Jeani Delgado Paschoal. Por uma Epistemologia Geográfica do Sul: Reflexões acerca da Importante Desconstrução do Saber Colonial. São Paulo, Set. 2019. Disponível em: 1562692133_ARQUIVO_Patricia-

[artigoenanpegerevisado\(1\)\(2\)enviook.pdf](#). Acesso em: 03 jul. 2022.

SOARES, Gilberta; COSTA, Jussara. “Movimento Lésbico e Movimento Feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”, 2014.

SOUZA, Camila. “Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político”. Maranhão. 2015.

TAVARES, Cristiano De Souza. **A Religião na Sociedade e sua Relação com a Esfera Pública à Luz da Gaudium et Spes** / Cristiano de Souza Tavares. – Porto Alegre, 2014. 99 p.

UE-PAANE. **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL da Guiné-Bissau**, 2014, Disponível em:<http://www.sociedadecivilgb.org/business-directory/429/rede-nacional-das-associacoes-juvenis-da-guiné-bissau/> Acesso em: 04 abr. 2021.

UNESCO, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS para a Educação, a Ciência e a Cultura. BR/1998/PI/H/4 REV.